



RESPOSTAS AO PARLAMENTO EUROPEU
QUESTIONÁRIO DESTINADO À COMISSÁRIA INDIGITADA
Violeta BULC
Transportes

1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Quando, há vinte anos, iniciei a minha carreira profissional, desenvolvi trabalho sobre o modo como as novas tecnologias podem melhorar a vida das pessoas e proporcionar-lhes novas formas de comunicar, interagir e fazer negócios. Formada em engenharia, queria fundir a inovação com a evolução económica, humana e da sociedade. Contribuí para a criação do sistema de monitorização do desempenho da rede para uma empresa de logística global; fui diretora do grupo de serviços de transporte de uma empresa nacional de telecomunicações e, mais tarde, viria a ser membro do conselho de administração de uma empresa de telecomunicações que, na altura, registava um rápido crescimento e hoje em dia continua a ser um forte interveniente no mercado da Eslovénia. Dez anos volvidos, decidi criar a minha própria empresa e fui consultora de algumas das maiores empresas industriais e de serviços da Eslovénia. A minha experiência empresarial, tanto em grandes empresas como em PME, permitiu-me adquirir conhecimentos e experiência de liderança, bem como a compreensão dos desafios complexos que se colocam à economia e à sociedade, aliada à capacidade para conciliar pontos de vista diferentes e, inclusive, divergentes.

A minha atividade política é bastante recente, mas enquanto empresária dediquei muito do meu tempo a atividades públicas e em prol da comunidade. Como membro eleito do conselho de administração da associação de empresários eslovenos, apresentei uma série de propostas e recomendações ao Governo do meu país sobre decisões económicas. Enquanto membro do comité de ética desta mesma associação, promovi ativamente a ética empresarial tanto no âmbito da comunidade empresarial como na esfera pública.

Sou exploradora por natureza. A inovação e o progresso foram sempre um dos meus principais interesses. Não sou oriunda de um dos Estados-Membros fundadores da União Europeia. Estou, por conseguinte, em condições de avaliar o contributo da evolução da União Europeia para a sociedade. Sei quão importante foi para o meu país aderir à União Europeia e estou plenamente consciente de tudo o que a Eslovénia e os seus habitantes têm vindo a ganhar desde então. Sou uma europeísta convicta para quem a diversidade e a multiplicidade de influências são um fator de enriquecimento comum que nos torna mais fortes neste percurso em direção ao crescimento sustentável e ao estabelecimento da nossa posição no mundo.

Sou também uma pessoa que procura soluções. Tento lidar com os problemas através de uma abordagem centrada na procura de soluções. Estas costumam encontrar-se na intersecção de diferentes pontos de vista e é com entusiasmo que procuro divisar soluções inovadoras em

colaboração com todas as partes interessadas.

Valorizo a disciplina, a resistência e o esforço, mas também a importância do trabalho de equipa e a capacidade de nos concentrarmos nos objetivos: são lições que aprendi com a prática de vários desportos ao mais alto nível; Creio que todas estas aptidões são importantes para exercer um alto cargo público como o de Comissária Europeia.

Se vier a ser confirmada como membro da Comissão Europeia, comprometo-me a respeitar plenamente as obrigações decorrentes do Tratado em matéria de independência e integridade, imparcialidade e disponibilidade, tal como definido no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Declaro solenemente que respeitarei os princípios de ética enunciados nos artigos acima referidos, bem como o Código de Conduta dos Comissários.

Em conformidade com as regras estabelecidas no Código de Conduta dos Comissários, redigi e disponibilizei ao público a minha declaração de interesses. Caso a situação se altere, atualizarei de imediato a minha declaração.

Comprometo-me igualmente a evitar assumir qualquer posição ou colocar-me em situações que possam pôr em causa a minha independência e imparcialidade. Abster-me-ei de quaisquer outros mandatos públicos e de exercer qualquer outra atividade profissional, remunerada ou não. Comprometo-me a informar de imediato o Presidente da Comissão caso venha a surgir uma situação que implique um possível conflito de interesses no exercício das minhas funções oficiais.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços?

Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Se vier a ser confirmada como membro da Comissão Europeia, tenciono aplicar o meu forte espírito de equipa e de liderança no exercício das minhas responsabilidades no novo Colégio. A Comissão deve ser uma equipa sólida e eficaz cujos trabalhos e decisões devem assentar no seu princípio orientador: a colegialidade. Isto significa que tenciono contribuir no que me for possível para as decisões da Comissão, com a minha própria experiência, competência e ideias, tendo por objetivo obter os melhores resultados em prol do interesse geral europeu.

Dedicar-me-ei às responsabilidades que me forem confiadas pelo Presidente eleito. Desempenharei as minhas funções em plena cooperação com os outros membros da Comissão e em sintonia com as orientações políticas e os métodos de trabalho definidos pelo Presidente eleito.

Comprometo-me a assumir a responsabilidade política pelas atividades no meu domínio de competências, sem prejuízo do princípio da colegialidade. As relações entre a minha equipa, os serviços e eu própria basear-se-ão na lealdade, na confiança, na transparência e no fluxo recíproco de informações e ajuda.

O Presidente eleito Jean Claude Juncker definiu as prioridades para esta Comissão nas orientações políticas – Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática – apresentadas ao Parlamento em 15 de julho. Enquanto Comissária responsável pelos transportes esforçar-me-ei, com determinação e sentido de desígnio, por contribuir para o cumprimento dessas prioridades. Pretendo fazê-lo trabalhando em colaboração com as outras instituições.

Tenho a firme intenção de tratar o Parlamento e o Conselho equitativamente, tal como previsto no contexto do processo legislativo ordinário, mas também como Comissária que responde perante os deputados diretamente eleitos do Parlamento Europeu.

Se for confirmada pelo Parlamento Europeu, assumirei as minhas tarefas com dedicação, entusiasmo e profissionalismo. Tirarei partido das minhas anteriores experiências profissionais para introduzir novas perspetivas e reapreciar o domínio político que me foi confiado pelo Presidente eleito. Trabalharei em estreita ligação com todos os meus colegas do Colégio de Comissários e, sobretudo, com o Vice-Presidente indigitado Maroš Šefčovič, para promover da melhor forma possível o interesse público europeu. Comprometo-me a trabalhar estreitamente com o Parlamento Europeu, com o qual gostaria de estabelecer uma relação mutuamente vantajosa baseada na confiança e no respeito. Estou ciente da importância do diálogo aberto com todas as partes interessadas e tenciono encetá-lo com especial cuidado.

Velarei por que as nossas políticas assentem num amplo consenso a nível da UE, alcançado graças à parceria com o Parlamento Europeu. Para este efeito, abrirei os canais de comunicação com o Parlamento Europeu. Partilho inteiramente da opinião do Presidente eleito Juncker de que é necessário reforçar a relação especial entre o Parlamento Europeu e a Comissão, relação esta que é uma fonte importante da legitimidade democrática da Comissão Europeia. Deve ser uma relação política e, se vier a ser confirmada, estarei disponível para participar ativamente nas sessões plenárias, nas reuniões das comissões e nas reuniões do trílogo. Assim, tanto eu como a minha equipa estaremos disponíveis para transmitir e partilhar regularmente informações sobre as atividades realizadas nos domínios da minha competência e para facilitar a efetiva supervisão democrática do Parlamento.

No que diz respeito ao seguimento dado às posições e pedidos do Parlamento Europeu, aplicarei as disposições do acordo-quadro e, nos domínios da minha competência, velarei por que a Comissão responda às resoluções parlamentares ou aos pedidos formulados ao abrigo do

artigo 225.º do TFUE no prazo de 3 meses após a sua adoção. A nova Comissão, por iniciativa do primeiro Vice-Presidente, responsável pela Melhoria da Legislação, as Relações Interinstitucionais, o Estado de Direito e a Carta dos Direitos Fundamentais, Frans Timmermans, examinará a situação das propostas pendentes, respeitando ao mesmo tempo as obrigações decorrentes do acordo-quadro. Creio na necessidade de uma ampla consulta das partes interessadas e de avaliações do impacto rigorosas e trabalharei com o primeiro Vice-Presidente, a fim de propor iniciativas que contribuam para o objetivo da melhoria da legislação.

Neste contexto, apoio e aprovo plenamente o compromisso assumido pelo Presidente eleito Juncker de se manter particularmente atento aos relatórios de iniciativa legislativa.

Naturalmente, se vier a ser confirmada como membro da Comissão Europeia, subscreverei inteiramente o compromisso a favor da transparência que o Presidente eleito estabeleceu nas orientações políticas.

Comprometo-me a divulgar todos os contactos e reuniões realizados com empresas, organizações profissionais ou com trabalhadores independentes sobre qualquer questão relativa à elaboração e execução das políticas da UE.

Perguntas da Comissão dos Transportes e do Turismo

3. Conclusão do Espaço Único Europeu dos Transportes

Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar a fim de completar o mercado interno dos transportes e criar um verdadeiro Espaço Único Europeu dos Transportes para todos os modos de transporte (Espaço Ferroviário Único Europeu, Céu Único Europeu, Espaço Marítimo Europeu sem Barreiras, etc.)? Como irá assegurar que a abertura dos mercados de transportes, incluindo a cabotagem rodoviária, seja indissociável da criação de postos de trabalho, de emprego e condições laborais de qualidade, da prevenção do dumping social, da prestação de serviços de alto nível e da melhoria da segurança e da competitividade dos operadores do setor dos transportes da UE (em particular as PME)? Como propõe abordar as grandes diferenças verificadas em termos de infraestruturas de transportes em toda a União e a fraca conectividade de muitas regiões da UE? Que medidas pretende tomar para estimular o investimento e garantir um financiamento mais eficiente das infraestruturas de transporte, bem como para promover o desenvolvimento de Redes Transeuropeias de Transporte? Pode assegurar que a Comissão irá avaliar de forma exaustiva e contínua a implementação do Mecanismo Interligar a Europa e aplicar o princípio «use it or lose it» (utilização obrigatória sob pena de perda definitiva) conforme o Regulamento? Como vê o papel e os poderes futuros das agências da UE para os transportes e o espaço no que respeita à aplicação das políticas da União nestes domínios?

Se vier a ser confirmada como membro da Comissão Europeia, e tendo em vista o desenvolvimento da estratégia do setor dos transportes para os próximos cinco anos, analisarei a aplicação do Livro Branco sobre os transportes, de 2011, e procederei em conjunto com o novo Colégio e com o Parlamento Europeu a uma reflexão sobre o que falta fazer e deve ser feito. A partir daí, estaremos em condições de avançar com uma visão comum. O meu objetivo é conseguir um sistema verdadeiramente integrado, intermodal e entre países.

Apoiar-se na força do mercado único constitui um dos pilares das orientações políticas que o Presidente eleito Juncker apresentou em julho. Como tal, a conclusão do Espaço Único Europeu dos Transportes será uma das minhas prioridades. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para promover a rápida adoção das propostas pendentes que estão na ordem do dia, com especial destaque para a adoção do quarto pacote ferroviário e para a conclusão do Céu Único Europeu.

Tenciono igualmente trabalhar com vista à adoção destas propostas, bem como de outras iniciativas legislativas apresentadas pela Comissão mas que não foram ainda adotadas. Enquanto portas de acesso, também os portos e aeroportos merecem a nossa atenção.

É fundamental eliminar as restrições técnicas e administrativas que ainda subsistem e apoiar a inovação nos casos em que esta pode contribuir para criar transportes mais eficazes e um espaço único europeu dos transportes, e garantir que, em todos os modos de transporte, os serviços possam efetivamente funcionar em toda a UE sem limitações impostas pelas fronteiras nacionais.

Certificar-me-ei de que estamos a simplificar as regras em vigor e a concretizar o que falta fazer. A este respeito, se vier a ser confirmada, trabalharei em estreita ligação com os meus homólogos, e em especial com Frans Timmermans, o Vice-Presidente responsável pela Melhoria da Legislação, as Relações Interinstitucionais, o Estado de Direito e a Carta dos Direitos Fundamentais. Há que avaliar se a nossa legislação se adequa aos objetivos visados e ter em conta as incidências ambientais, económicas, técnicas e sociais da legislação que propomos. É igualmente importante garantir que a legislação em vigor é corretamente aplicada pelos Estados-Membros e compreendida e respeitada por todos.

A abertura do mercado não é um objetivo em si, é sobretudo um meio de otimizar a logística e de criar condições propícias ao crescimento e à criação de emprego, com ênfase especial na qualidade e eficiência dos serviços de transporte em benefício dos nossos cidadãos, trabalhadores e operadores económicos. Os transportes são um setor em rede e há que ter uma abordagem holística. As pessoas que trabalham no setor dos transportes devem gozar de condições sociais justas. Necessitamos igualmente de equidade para garantir a igualdade de oportunidades em toda a Europa, para os trabalhadores e os operadores. Por exemplo, nos transportes rodoviários, é da maior importância que a legislação em vigor seja aplicada plena e equitativamente e compreendida em toda a UE, independentemente de qualquer evolução futura. Em conjunto com todas as partes interessadas, irei promover uma «cultura do cumprimento». As condições de

trabalho devem garantir a igualdade de tratamento e a equidade, para não permitir o dumping social. As necessidades de transporte devem ser compatíveis com o ambiente e há que reduzir o seu impacto no clima.

A modernização e conclusão das infraestruturas de transporte são uma forma de aumentar a eficiência e a sustentabilidade. O Parlamento adotou recentemente uma clara base de ação no âmbito das orientações da rede transeuropeia de transportes (RTE-T) e do Mecanismo Interligar a Europa (MIE). Os fundos do MIE serão consagrados a investimentos estratégicos, que trazem valor acrescentado à economia da UE. Os investimentos orientados para os caminhos-de-ferro, as vias navegáveis interiores, a navegação marítima de pequeno curso e as operações intermodais incidirão, em especial, nos grandes projetos transnacionais e nos principais estrangulamentos dos corredores multimodais da RTE-T, nos quais os Estados-Membros se têm mostrado mais relutantes em investir.

Esses investimentos deverão também promover sistemas inteligentes de gestão do tráfego e de logística, que nos permitem utilizar da melhor maneira as infraestruturas existentes. Neste contexto, envidarei os meus melhores esforços com vista à implantação do sistema europeu de gestão do tráfego ferroviário (ERTMS). É tempo de apresentar resultados e de oferecer aos cidadãos e empresas transportes que lhes proporcionem deslocações mais curtas, mais seguras, com menos imponderáveis e a preços acessíveis. O MIE deve orientar-se para o desempenho; ou seja, trata-se não só de atribuir os fundos com base num processo concorrencial, como de os desafetar de projetos mal preparados ou subexecutados e os reatribuir («use it or lose it»).

Os investimentos em infraestruturas reinvestem os recursos na economia real. A criação direta e indireta de emprego está relacionada com atividades como a construção, a engenharia mecânica e os serviços às empresas. O apelo lançado pelo Presidente eleito Juncker para mobilizar até 300 mil milhões de euros em investimentos públicos e privados adicionais na economia real abordará esta quebra de financiamento, contribuindo ao mesmo tempo para criar os postos de trabalho tão necessários. Definirá o quadro para uma melhor ligação entre os centros industriais e estabelecerá as condições para a prosperidade futura. Irei trabalhar ativamente para garantir que o setor dos transportes contribui para este pacote, através da adoção de uma abordagem inovadora de mobilização dos fundos da UE afetados à modernização das infraestruturas da União Europeia. É importante prestar apoio para garantir o estabelecimento das condições reguladoras necessárias e fazer com que os projetos estejam bem desenvolvidos e sejam atrativos para os investidores privados. Em conjunto com Jyrki Katainen, o Vice-Presidente responsável pelo emprego, crescimento, investimento e competitividade, procederei à coordenação com o Banco Europeu de Investimento e os bancos nacionais e regionais de desenvolvimento, bem como com os fundos estruturais e de investimento europeus, em especial o Fundo de Coesão.

As agências que operam no domínio dos transportes desempenham reconhecidamente um papel importante na salvaguarda da segurança e na aplicação do acervo comunitário nos respetivos domínios, pelo que lhes tenciono dar todo o meu apoio. Gostaria de assegurar que as empresas comuns estabelecem parcerias público-privadas frutuosas que trarão ao setor dos transportes soluções inovadoras prontas para implantação e apoiarão a indústria europeia na defesa da sua posição de liderança no mercado mundial.

4. Transportes para os cidadãos

Como tenciona melhorar a qualidade, a acessibilidade, a fiabilidade e a intermodalidade dos serviços de transporte? Que medidas pretende tomar para promover os transportes públicos e a bilhética intermodal, a mobilidade não motorizada e os sistemas de transporte inteligentes? Como irá fomentar o desenvolvimento efetivo de aplicações para os transportes ao abrigo dos sistemas Galileo e EGNOS? Que iniciativas concretas irá tomar para facilitar a mobilidade urbana sustentável e resolver o congestionamento nos transportes e a falta de capacidade das infraestruturas? Que ações prevê para revitalizar as ligações ferroviárias regionais transfronteiriças que foram desmanteladas ou abandonadas? Como irá garantir a proteção efetiva dos direitos dos passageiros em todos os modos de transporte, incluindo os direitos das pessoas com mobilidade reduzida, bem como a aplicação harmonizada e efetiva da legislação atual? Que compromissos específicos está preparada para assumir no sentido de melhorar a segurança e a proteção nos diferentes modos de transportes (rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e aéreo)?

A inovação deve desempenhar um papel fundamental não só para tornar o nosso sistema de transportes mais eficiente e fiável como também para melhorar a sua segurança. As novas

tecnologias podem contribuir de forma assinalável e propiciar uma nova forma de entender os transportes. Estou convencida de que temos de reconceptualizar o sistema de transportes como uma rede de serviços integrados que coloque o cliente no centro e faça uso das tecnologias atualmente disponíveis, para transformar este conceito numa realidade tangível.

A mobilidade conectada, com sistemas de transporte inteligentes (STI) no âmago do sistema, tem um enorme potencial pronto a ser explorado. Há que tornar os transportes públicos mais atrativos, disponíveis e acessíveis. Se vier a ser confirmada como comissária responsável pelos transportes, irei envidar esforços no sentido de desenvolver as condições de base que favoreçam sistemas multimodais mais completos de informações de viagem, planificação de viagens e bilhética, para os passageiros, e sistemas universais de informações do tráfego rodoviário em tempo real. A UE tem uma indústria muito ativa no domínio dos STI, mas temos ainda de iniciar verdadeiramente a sua implantação, garantindo a segurança e a interoperabilidade do sistema e, ao mesmo tempo, dando resposta às questões associadas à proteção dos dados pessoais. Trabalharei ativamente com os meus colegas Comissários e com a indústria, a fim de tratar estas questões e promover a utilização dos STI em todos os modos de transporte. Sou apologista de que as nossas soluções devem igualmente ser êxitos comerciais a nível mundial.

Os sistemas por satélite são importantes para as aplicações de transporte, por exemplo, nos domínios da proteção e segurança, da aviação e da vigilância marítima. Por este motivo, estabelecerei uma estreita cooperação com outros membros da Comissão, a fim de assegurar que as necessidades em matéria de transporte são efetivamente tidas em consideração no desenvolvimento dos programas EGNOS e Galileo.

As zonas urbanas costumam ser pioneiras na adoção de novas tecnologias e novos modelos comerciais, como a mobilidade partilhada ou a condução automática. No respeito do princípio de subsidiariedade, pretendo apoiar as autoridades locais e os respetivos parceiros - empresas, iniciativas locais, fundações e outras entidades - na abordagem de problemas persistentes como o congestionamento e a poluição, inclusive através de planos de mobilidade urbana sustentável, utilizando as diferentes fontes de financiamento da UE da forma mais eficaz. A iniciativa «cidades inteligentes» é um instrumento importante para facilitar as parcerias estratégicas entre a indústria, as cidades europeias e outras partes interessadas, com vista a desenvolver as infraestruturas e os sistemas urbanos do futuro e assegurar a sua implantação generalizada. Em conjunto com a Comissária responsável pela política regional, o Comissário responsável pela ação climática e energia e o Comissário responsável pela investigação, ciência e inovação, velarei por que os transportes contribuam para o desenvolvimento das cidades inteligentes.

Estou convencida de que é preciso tornar mais atraentes as alternativas à utilização dos automóveis particulares. Para o efeito, promoverei formas não motorizadas de transporte, por exemplo, deslocações a pé ou de bicicleta, através de uma melhor proteção dos utentes mais vulneráveis da via pública e envidarei esforços para melhorar a qualidade dos transportes públicos. Trabalharei igualmente no sentido de melhorar o acesso de todos os cidadãos à mobilidade, a preços acessíveis. Dedicarei especial atenção às pessoas com mobilidade reduzida, em estreita cooperação com os colegas responsáveis pela legislação da UE em matéria de deficiência. Considero da maior importância as obrigações de serviço público, e velarei pela sua aplicação numa forma que não seja discriminatória e que ofereça a melhor relação preço-qualidade.

No que diz respeito ao transporte ferroviário, devemos pôr cobro às diferenças entre o tráfego nacional e o tráfego transfronteiras na UE. Para o efeito, devemos reforçar a cooperação transnacional dos gestores das infraestruturas. Defenderei empenhadamente a abertura de mercados de passageiros em que a falta de concorrência dá azo a preços elevados e qualidade deficiente. Fá-lo-ei tendo em devida conta os aspetos sociais, as obrigações de serviço público e os requisitos prévios de segurança.

A qualidade dos transportes depende igualmente da aplicação efetiva dos direitos dos passageiros. Irei proceder a uma análise da situação em todos os modos de transporte, para identificar lacunas e deficiências. Sempre que necessário, há que clarificar as normas aplicadas e rever a legislação. Neste contexto, deve prestar-se especial atenção à aplicação efetiva dos direitos dos passageiros na legislação mais recente, bem como no transporte marítimo e fluvial e no transporte de autocarro. Os utentes, sobretudo as pessoas com mobilidade reduzida, que é provável venham a ser mais numerosas devido ao envelhecimento da população, devem ter plena consciência dos seus direitos, algo que, hoje em dia, ainda não se verifica suficientemente. Além disso, insistirei na rápida adoção do regulamento revisto relativo aos direitos dos passageiros dos transportes aéreos e examinarei de que modo podemos garantir os direitos dos passageiros que

combinam diferentes modos de transporte, possivelmente por meio de um bilhete integrado para deslocações multimodais transfronteiras.

Estou determinada a manter o elevado nível de proteção e segurança que é apanágio do atual sistema de transportes da UE. Para atingir este objetivo a um custo razoável, temos de passar para um sistema de controlos em função dos riscos, sobretudo no domínio da segurança da aviação, e adaptar o nosso quadro ao progresso técnico, à alteração dos padrões de mobilidade e às novas abordagens comerciais. As inspeções da Comissão contribuem para a proteção e segurança nos setores da aviação e dos transportes marítimos. Por conseguinte, procurarei garantir que são realizados no respeito das mais rigorosas normas de profissionalismo e eficácia em termos de custos. Promoverei igualmente a proteção e segurança por meio da cooperação internacional, quer através de organizações multilaterais, como a Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) e a Organização Marítima Internacional (OMI), quer através de relações bilaterais com os parceiros da Europa.

As falhas humanas estão na origem de demasiados acidentes. Consequentemente, prestarei especial atenção à qualificação e formação dos profissionais dos sistemas de transporte e velarei pela aplicação efetiva das normas pertinentes, incluindo as que garantem condições de trabalho adequadas.

Por último, mas não menos importante, a segurança rodoviária é uma questão que, não obstante uma tendência em geral animadora, merece o nosso total empenhamento. Para concretizar o objetivo de «zero mortes», faço tenção de recorrer a toda a gama de instrumentos, incluindo novas tecnologias que aumentem a segurança dos veículos e das infraestruturas, medidas não vinculativas para estabelecer uma cultura de segurança rodoviária ou objetivos estratégicos, por exemplo, no que se refere às lesões graves nos acidentes de viação.

5. Transportes sustentáveis

Que iniciativas específicas tomará para atenuar o impacto ambiental dos transportes e garantir que todos os modos de transporte contribuam para a luta contra as alterações climáticas, considerando que as emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos transportes têm aumentado significativamente nos últimos anos, ao contrário do que acontece noutros setores? Que medidas e novas tecnologias prevê adotar para minimizar a dependência dos transportes do petróleo e integrar os diferentes modos de transporte num sistema de transportes sustentável e com baixo teor de carbono? Como tenciona assegurar uma aplicação mais ampla dos princípios do «poluidor-pagador» e do «utilizador-pagador», nomeadamente a internalização dos custos externos?

O crescimento sustentável dos transportes é uma necessidade premente. Se vier a ser confirmada, garantirei, em conjunto com o Vice-Presidente indigitado responsável pela União da Energia, a participação da política dos transportes na ecologização da nossa economia através do desenvolvimento de redes sustentáveis.

Temos de abordar os principais desafios e condicionalismos do futuro, tais como a escassez de petróleo, a dependência das importações estrangeiras, o congestionamento crescente e a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. E, ao mesmo tempo, temos de tirar partido destes desafios como uma oportunidade para a prosperidade de empresas europeias novas e inovadoras. Envidarei todos os esforços necessários para atingir os objetivos de redução das emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos transportes, e, designadamente, o objetivo mais imediato de, até 2020, reduzir as emissões em 20%, em comparação com o nível de 1990.

Temos de estar preparados para utilizar toda a panóplia de instrumentos de que dispomos, o que inclui melhorar a regulamentação para que os mercados funcionem melhor, apoiar com meios financeiros e com medidas de promoção o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções inovadoras, trabalhar em conjunto com os nossos parceiros internacionais para divisar soluções comuns para os problemas que partilhamos e fazer melhor uso dos impostos e das contribuições dos utilizadores.

Nos últimos anos, a política de transportes evoluiu consideravelmente e avançou para novos domínios, como os combustíveis alternativos, a função das tecnologias nos transportes, a política urbana ou a logística. O objetivo perseguido é o de melhorar o equilíbrio entre os diferentes modos de transporte e incentivar o desenvolvimento do transporte multimodal e sustentável.

Temos de promover medidas de eficiência energética e diversificar as nossas fontes de energia no domínio dos transportes. A iniciativa «energia limpa para os transportes» visa eliminar os obstáculos técnicos e regulamentares em toda a UE para facilitar o desenvolvimento de um mercado único de infraestruturas para combustíveis alternativos e veículos e embarcações movidos a combustíveis alternativos. A liderança tecnológica nestes domínios dará igualmente a estas empresas uma vantagem concorrencial noutras regiões do mundo que enfrentam problemas semelhantes. Temos de garantir que os Estados-Membros adotam objetivos nacionais ambiciosos para a implantação da infraestrutura necessária. Esta evolução importante merece todo o apoio, incluindo apoio financeiro através do Mecanismo Interligar a Europa e do programa Horizonte 2020.

Estou empenhada em promover soluções inovadoras e, em especial, sistemas de transporte inteligentes (STI), que podem dar um contributo valioso para a redução do congestionamento nas estradas e nas cidades, gerindo os fluxos de tráfego e facilitando a logística e os transportes multimodais. O Mecanismo Interligar a Europa promoverá igualmente a utilização dos STI, apoiando os investimentos em infraestruturas inteligentes e o desenvolvimento de corredores multimodais no âmbito das redes transeuropeias de transportes. Esta abordagem favorecerá uma utilização ótima dos caminhos-de-ferro e das vias navegáveis interiores em maiores distâncias e através das fronteiras. Assegurar-se-á uma melhor integração dos diferentes modos de transporte, com ligações a portos, nós urbanos e aeroportos. Estas iniciativas, em conjunto com os progressos no estabelecimento do Céu Único Europeu darão um valioso contributo para a redução das emissões e a ecologização dos transportes.

Além disso, temos também de trabalhar em estreita colaboração com os nossos parceiros internacionais e com organizações internacionais, tais como a Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) e a Organização Marítima Internacional (OMI) para promover a sustentabilidade dos modos de transporte no âmbito da concorrência mundial. Desta forma, poderemos garantir que a aviação e o transporte marítimo contribuem de forma justa e proporcional para a ecologização dos transportes e a redução das emissões, assegurando, ao mesmo tempo, condições equitativas na economia mundial.

As atividades de transporte geram custos para a sociedade que não são inteiramente pagos pelos seus utilizadores. São exemplos destas «externalidades negativas» os acidentes, o congestionamento, a poluição atmosférica local, as alterações climáticas e o ruído. A «internalização» dos custos destas externalidades constitui uma forma economicamente eficaz e justa de lidar com o problema. Por conseguinte, apoio plenamente a aplicação dos princípios do «poluidor-pagador» e do «utilizador-pagador» nas políticas de transportes.

A Comissão já introduziu estes conceitos na diretiva relativa à aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias (Diretiva «Eurovinheta»), bem como em iniciativas sobre ruído ferroviário e sobre taxas portuárias. Não obstante, há ainda uma forte resistência por parte dos setores em causa e é necessário fazer muito mais. A procura de uma fonte sustentável de financiamento de infraestruturas está também a fazer com que os governos ponderem a introdução de várias modalidades de tarifas rodoviárias. Se bem que a introdução desses regimes seja uma decisão que incumbe aos Estados-Membros, as orientações da UE poderão evitar a aplicação de sistemas incompatíveis e remover eventuais discriminações entre utilizadores.

Em conjunto com a aplicação crescente do princípio do utilizador-pagador nas infraestruturas, temos de analisar de que forma poderemos assegurar sistemas mais inteligentes e equilibrados de imposições e de tarifação dos transportes. Uma melhor associação destes sistemas à utilização das infraestruturas e à produção de externalidades negativas proporcionará assim os incentivos necessários à utilização de modos de transporte mais respeitadores do ambiente.

Creio que o transporte sustentável é, antes de mais, uma questão de escolha da combinação adequada de soluções de transporte que possa satisfazer as necessidades dos cidadãos e das empresas de uma forma eficiente em termos de recursos. É nossa missão facilitar esta escolha. Por conseguinte, aguardo com expectativa a oportunidade de vir a colaborar estreitamente com os meus homólogos e com o Parlamento Europeu, a fim de garantir que a escolha fácil e direta do modo de transporte seja também a solução mais sustentável.